

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 20/07/2020

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte, com início às dezenove horas, em segunda convocação, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural por teleconferência, através da Plataforma Google Meet. Esta reunião foi convocada com a seguinte pauta: 1. Contraproposta de edital emergencial para o descontingenciamento da pasta; 2. Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Informes: - Informes da SMC; - Calendário de eleições para o Conselho; - Informes gerais. O presidente abre a reunião tratando sobre o primeiro ponto de pauta que é a proposta de lançamentos de editais trazidas pela Secretaria de Cultura, um primeiro edital de credenciamento, em formato diferente a um edital de seleção. O edital apresentado é relativo à destinação de 1 milhão e 50 mil do Programa de Incentivo, recurso que até então havia sido contingenciado. Informou que, em ato de entrega do manifesto elaborado pelo Fórum Permanente de Cultura no gabinete do prefeito, foi solicitado o descontingenciamento de recursos e sugerida pela administração a elaboração de uma proposta de destinação. Membros do conselho em parceria com servidores da secretaria de cultura, trabalharam nessa proposta, que prevê um pagamento de mil reais por projeto, e que se destina à confecção de registro videográfico dos fazedores de cultura da cidade, e que tem como intuito insistir no lançamento de editais emergenciais, com o descontingenciamento do valor apontado. Em seguida passa a palavra para a conselheira, Sônia Regina Aparecido, que explicou os seguintes pontos: este é um edital de credenciamento que funciona como contratação de serviço e sem concorrência, e que traz os requisitos básicos para participação. As propostas apresentadas, ou seja, os registros videográficos, deverão ser apresentados prontos, e passarão pelo crivo de uma comissão, que decidirá pelo credenciamento do proponente. Todos os proponentes que atenderem às exigências do edital estarão aptos a concorrer ao recurso. Caso a quantidade de inscrições aptas exceda o valor total recurso, o procedimento de seleção se dará por sorteio público, que poderá ser gravado e acompanhado por membros do conselho, servidores e demais interessados, respeitadas as normas de segurança sanitária vigentes no momento. O secretário de cultura, Caio Júlio Cesáro, pediu uso da palavra, explicando qual será o objeto do referido edital, e que o prazo de seleção poderá ser menor do que o habitualmente trabalhado no programa de incentivo. Explicou que o objeto considera o contexto emergencial, mas que sua elaboração buscou criar uma proposta nova. O conteúdo deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Cultura em vídeo. Para tal será criado um programa de memória, a fim de registrar de forma organizada depoimentos autobiográficos de fazedores da cultura, de artistas e técnicos que atuam no setor cultural em Londrina. O registro deverá ter a duração de 15 minutos por vídeo, relatando trajetórias e a atuação das pessoas. Esse edital será aberto a pessoas físicas e jurídicas, com e sem fins lucrativos. A proposta de edital já foi encaminhada e avaliada pela Procuradoria Geral do Município, que apontou necessidades de ajustes que já estão em trâmite. O secretário de cultura, Caio Júlio Cesáro, informou que os trabalhos estão sendo encaminhados, mas que o recurso para o edital ainda não está disponível. Em seguida o presidente do conselho abriu a palavra para

manifestação dos conselheiros a respeito da proposta. A conselheira Valéria Barreiros se pronunciou favorável à proposta e apontou que a intenção era o descontingenciamento do valor total, mas que, isso não sendo possível, e a contraproposta apresentada atende parcialmente a demanda da área. O presidente do conselho informou que na atual proposta, o que está sendo solicitado é o descontingenciamento de 40% do valor de um milhão e cinquenta mil reais, o que totaliza 420 mil reais. O conselheiro Nenê Jeolás perguntou se haverá algum filtro prévio na inscrição. O secretário de cultura, Caio Júlio Cesáro, explicou que haverá alguns critérios e documentações a serem anexadas a fim de comprovar que o proponente é um trabalhador da área da cultura. A conselheira Fátima Carneiro dos Santos falou sobre a necessidade desse edital contemplar pessoas que, neste momento estão mais desassistidas, e que não tenham sido contempladas em editais do PROMIC, ou que estejam recebendo outros auxílios. Nesse sentido o presidente do conselho, Edie Mansan, reforçou esse apontamento, mas informou que não há vedação de participação, e que isso ficaria a critério do bom senso individual. A seguir passou a palavra para a conselheira Sônia Regina Aparecido para explicações sobre o ponto destacado, que a mesma informou não haver restrição, mas que verificará a existência de possibilidade nesse sentido para este tipo de edital de credenciamento. O membro do fórum permanente de cultura, Kennedy Piau Ferreira, parabenizou os atuais conselheiros pela iniciativa em reativar o fórum permanente de cultura, e o secretário de cultura e servidores pela proposta apresentada, e a seguir apresentou dúvidas, e falou da necessidade de que aqueles que venham a ser beneficiados pelo edital de credenciamento estejam cadastrados na Plataforma Londrina Cultura. Perguntou sobre quais serão os documentos necessários e os requisitos para participação, o que foi explicado pela conselheira Sonia Regina Aparecido, que afirmou que as propostas videográficas, bem como os vídeos, serão recebidos por meio da Plataforma Londrina Cultura, a partir dos seguintes procedimentos: chamamento público para realização da inscrição, apresentação da proposta e inserção da documentação, já no momento da inscrição, para posterior análise técnica quanto ao atendimento dos requisitos do edital. A conselheira Zulia de Oliveira perguntou se haverá necessidade de comprovar tempo de atuação, e de quanto será esse tempo, o que foi explicado pelo secretário de cultura, segundo o qual, essa comprovação é necessária, considerando que o edital propõe que sejam produzidos registros de memória, e que portanto a pessoa deverá possuir uma trajetória a ser registrada, e experiência na área. Outras dúvidas quanto à comprovação de tempo de atuação na área, entrega de documentos, forma de comprovação de atuação na área, e de acesso ao recurso foram apresentadas, e dirimidas pelo secretário e pela conselheira Sônia Regina Aparecido. A seguir procedeu-se ao encaminhamento para votação da proposta, que foi aprovada por 13 votos favoráveis e 05 abstenções, não havendo votos contrários. Na sequência segue o segundo ponto de pauta que trata da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, e que foi apresentado pela conselheira Valéria Barreiros, a pedido do presidente do conselho, Edvaldo Manoel dos Santos. Foi realizada a leitura das propostas unificadas elaboradas pelo GT que estuda a lei Aldir Blanc, para posterior debate e votação pelos conselheiros. O primeiro ponto foi sobre a utilização da Plataforma Londrina Cultura para o cadastramento de trabalhadores da cultura tendo em vista o recebimento dos

benefícios previstos na lei. O secretário de cultura, Caio Júlio Cesáro, pediu a palavra e informou que a superintendência de cultura do Estado está em conversa com o Dataprev pra criação de um aplicativo para cadastramento baseado na auto declaração dos trabalhadores, e chamou a atenção para o fato de que uma campanha junto às setoriais para cadastramento na plataforma Londrina Cultura pode levantar uma expectativa e uma confusão das pessoas em relação à necessidade de cadastramento em mais de um instrumento; segundo o secretário, soma-se a isso o fato de que há necessidade de campos de informação que não existem na plataforma Londrina Cultura. Kennedy Piau Ferreira chamou a atenção para o fato de que a Plataforma Londrina Cultura é uma importante ferramenta de mapeamento cultural, e que a mesma é utilizada para divulgação e inscrição em editais de fomento, a exemplo do que deverá ocorrer no caso do edital de cadastramento, apresentado no início da reunião. O segundo ponto da apresentação feita pela conselheira Valéria Barreiros foi sobre a criação de um comitê gestor para acompanhamento da distribuição de recursos da Lei Aldir Blanc a fim de garantir agilidade e atendendo ao critério de democratização do acesso aos recursos, incluindo todos os trabalhadores e espaços, incluindo os não formalizados, com o intuito de validação de iniciativas culturais, de atuação de trabalhadores da cultura e de espaços, tendo também como atribuição a fiscalização da distribuição dos recursos e a proposição de soluções para eventuais entraves que venham a surgir. A conselheira Solange Cristina Batigliana apontou a necessidade de estudar mais detalhadamente a proposta de criação do referido comitê gestor, a fim de garantir que o mesmo seja efetivo, e que sejam verificados os impasses da criação de um comitê com atribuições que excedem às do conselho municipal de política cultural. Kennedy Piau Ferreira sugeriu a retirada da proposta para estudo e análise de viabilidade, e que o conselho proceda a votação após as dúvidas serem dirimidas. Devido ao adiantado da hora, o presidente informou que os informes da Secretaria Municipal de Cultura serão apresentados na reunião próxima. O secretário de cultura solicitou que esses informes sejam tratados como ponto de pauta e que sejam indicados como o primeiro ponto a ser abordado, uma vez que esta foi a segunda reunião na qual houve o adiamento dessa apresentação, o que foi acatado pelo presidente do conselho de cultura. Ao final da reunião o presidente informou que houve a montagem de um calendário para as eleições das cadeiras que estão vagas no conselho, e que as mesmas serão realizadas nos seguintes dias: 29 de julho – Câmara setorial de Teatro, 30 de julho – Câmara setorial de Capoeira, e 31 de julho – Câmara Setorial de Cinema e Vídeo. Nada mais havendo, às 21h30, deu-se por encerrada a reunião, secretariada por mim, Maria Luisa Alves Fontenelle, 2ª Secretária, cuja ata lavrei e datei e será submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião.